

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.042 - SC (2019/0303882-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DARLAN EUCLIDES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : GILBERTO IVENS LOPES - SC029015
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DARLAN EUCLIDES DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4025446-30.2019.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 20/8/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática dos crimes descritos no art. 33, §1º, II, da Lei n. 11.343/2006 porque foram encontrados em sua residência estufa para cultivo de maconha, com 6 pés da planta e 3 porções da substância com peso total aproximado de 80g (e-STJ fl. 38).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ilegalidade na manutenção da prisão preventiva do recorrente, o qual seria mero usuário de droga para aliviar sua condição médica. Alegou, também, inexistência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, bem como não haver fundamentação idônea, pois o paciente possui residência fixa e corre perigo de vida ao permanecer segregado (e-STJ fl. 95). O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 93):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E CULTIVAR MATÉRIA-PRIMA DESTINADA A PREPARAÇÃO DE DROGAS (ART. 33 E art. 33, §1º, INCISO II, DA LEI N. 11.343/2006).

NEGATIVA DA PRÁTICA DO TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE USO PARA FINS MEDICINAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGAÇÃO. INCURSÃO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES A JUSTIFICAR A PERSECUÇÃO PENAL. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO.

Superior Tribunal de Justiça

INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 44 DA LEI N. 11.343/2006. FUNDAMENTO NÃO APLICADO NA DECISÃO ATACADA. NÃO CONHECIMENTO.

PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS E DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NÃO OCORRÊNCIA. PACIENTE REINCIDENTE ESPECÍFICO NO NARCOTRÁFICO, EM CUMPRIMENTO DE PENA. NECESSIDADE DE ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS QUE NÃO SE MOSTRAM ADEQUADAS AO CASO. RESIDÊNCIA FIXA E PERIGO DE VIDA DECORRENTE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO. ALEGAÇÕES NÃO COMPROVADAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.

ORDEM CONHECIDA EM PARTE E DENEGADA.

Na presente oportunidade, a defesa alega que o recorrente é primário, com bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, argumentando que o Magistrado singular demonstrou dúvida quanto ao *periculum libertatis* do recorrente, o qual decretou a prisão baseado na gravidade em abstrato do delito.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 209/211), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 209/211).

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, em síntese, a revogação da prisão preventiva imposta ao recorrente em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006.

De início, consoante informações colhidas do *site* do Tribunal de origem, corroboradas também pelo parecer ministerial (e-STJ fls. 216/217), verifica-se que o Juízo processante proferiu sentença condenatória em desfavor do ora recorrente.

Nesse aspecto, necessário asseverar que, para a Quinta Turma

Superior Tribunal de Justiça

desta Corte, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

[...]. 1. "A ação constitucional de habeas corpus e o recurso em habeas corpus que questionam decreto de prisão preventiva não se encontram prejudicados pela superveniência de novo título, se a sentença penal condenatória mantém a constrição cautelar, sem agregar fundamentos novos".

[...]. (AgRg no HC n. 250.392/RN, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 26/5/2015, DJe 8/6/2015).

[...]. 2. O fato de haver sido prolatada sentença condenatória no feito não implica a prejudicialidade do writ originário, como decidido pela Corte Estadual, já que apenas o excesso de prazo da prisão restou superado com a prolação do édito repressivo, subsistindo o interesse da Defensoria Pública em ver analisado o pedido de anulação da ação penal. [...]. (HC n. 314.028/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 7/5/2015).

[...]. A superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória não constituirá "título novo", de modo a prejudicar o conhecimento do habeas corpus, se a ela nenhum fundamento novo for acrescentado [...]. (HC n. 288.716/SP, Relator Ministro NEWTON TRISOTTO – Desembargador Convocado do TJ/SC –, Quinta Turma, julgado em 25/11/2014, DJe 1º/12/2014).

Na hipótese, o Juízo singular proferiu sentença em 29/10/2019, condenando o réu pela prática da infração descrita no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado. Na mesma assentada, o Magistrado manteve a custódia preventiva, negando ao réu o direito a apelar em liberdade ante a reincidência específica e a permanência da necessidade de se assegurar a ordem pública.

Assim, não foram agregados novos fundamentos e, portanto,

Superior Tribunal de Justiça

diversamente do que considerou o órgão ministerial em seu parecer, a sentença não configura novo título a respaldar a prisão cautelar do ora recorrente.

Destarte, passo à análise sobre a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

Na hipótese, colhe-se do acórdão recorrido os seguintes fundamentos, no que interessa (e-STJ fls. 97/100):

(...) Quanto ao clamor relativo à ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva para sustentar a manutenção da prisão do paciente, verifica-se, pelas peças apresentadas com a exordial, que não corresponde à realidade dos autos.

Denota-se que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, proferida pela Magistrada apontou claramente as razões do seu convencimento e o amparo aos requisitos legais necessários:

"Por fim, a Magistrada proferiu a seguinte decisão: 1. Não reconheço vícios na prisão efetuada, motivo pelo qual HOMOLOGO a prisão em flagrante.

2. Darlan Euclides da Silva foi preso em flagrante pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06. Compulsando os autos, denota-se a existência de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria, consubstanciados no boletim de ocorrência de fl. 03, no auto de apreensão de fl. 11, no auto de

Superior Tribunal de Justiça

constatação provisória de fl. 12, bem como nas mídias de fl. 26. Extrai-se dos autos que policiais civis receberam uma denúncia anônima sobre a prática de tráfico de drogas por Darlan Euclides da Silva. Nessa denúncia, foi informado o nome de Darlan e o seu endereço, sendo relatado que ele estaria plantando maconha com utilização de estufa e fracionando a droga. Diante dessa informação, os agentes públicos foram até o local e foram atendidos pela mãe do conduzido, tendo em vista que este não estava em casa. Questionada sobre a existência de objetos ilícitos na casa, a mãe do conduzido confirmou a existência das drogas e franqueou a entrada dos policiais civis na residência. No pátio dos fundos da casa, os agentes públicos constataram que havia uma estufa com plantação de maconha, com 06 (seis) pés da planta. Ainda, realizadas buscas na residência, foram encontradas 03 (três) porções de maconha, sendo duas delas prensadas, ressecadas e embaladas, pesando um total de 80 gramas. Durante a ocorrência, o conduzido chegou em casa e assumiu que a droga seria sua, alegando, contudo, que seria para consumo próprio. De acordo com os policiais civis, o conduzido já havia sido alvo de investigação de tráfico e preso no mesmo local, sendo sua residência, pois, conhecida como ponto de tráfico. Conduzido à delegacia, o autuado confessou que a droga seria sua, contudo, alegou que seria apenas para consumo próprio, pois servia como medicamento para epilepsia. Sob a ótica dos fundamentos da prisão preventiva, verifico que a segregação do conduzido é necessária para a garantia da ordem pública, diante da possibilidade concreta de reiteração criminosa, caso mantido em liberdade. Isso porque a grande quantidade de drogas (06 pés de maconha e 80 gramas da mesma droga em porções) encontradas em sua posse e por ele produzida, aliada ao modo como a droga em porções estava fracionada e embalada, afastam, prima facie, qualquer possibilidade de que a droga não fosse destinada ao comércio espúrio. Indicam, ainda, que, para o autuado, a narcotraficância não é eventual, mas efetivo meio de vida. Ademais, os policiais foram claros ao afirmar que o réu já havia sido preso anteriormente, no mesmo local, pela prática de tráfico de drogas, circunstância que reforça a tese de que o autuado retira, atualmente, da prática do tráfico de entorpecentes seu sustento e que, se posto liberdade, dará continuidade ao comércio ilegal, ante a sensação de impunidade. Importa destacar que o indiciado registra duas condenações anteriores por tráfico de drogas, conforme certidões de fls. 19-22 (autos n. 0133206-78.2013.8.24.0045 e 0003149-98.2015.8.24.0045),

possuindo uma execução em andamento, na qual lhe foi concedido o direito de cumprir o restante da pena em livramento condicional (autos n. 0005786-51.2017.8.24.0045). Tais elementos constituem motivos suficientes e fortes o bastante para recomendar a segregação cautelar do autuado, sendo, as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, inadequadas ao presente caso, porquanto não garantem que o autuado, solto, não torne a praticar delito, pelo que opto pela prisão preventiva como melhor medida. 3 Ante o exposto, CONVERTO EM PREVENTIVA A PRISÃO EM FLAGRANTE do conduzido Darlan Euclides da Silva, especialmente para garantir a ordem pública, (fls. 27-29 da ação penal - grifou-se)

É consabido que não se sustentam as decisões escoradas em remissões genéricas às normas, em especial, no âmbito criminal, onde se decide sobre o direito à liberdade do indivíduo e seu estado de inocência (artigos 5º, inciso LXI, e 93, inciso IX, da CF/1988). E por se tratar de direito cuja proteção é dever primeiro do Estado, a norma processual penal obriga ao julgador a sua fundamentação, garantindo-lhe, para tanto, a livre apreciação da prova, resguardado o contraditório (artigo 155 do CPP).

À luz das normas e preceitos citados, denota-se que a decisão proferida aponta claramente as razões do convencimento da Magistrada e o amparo aos requisitos legais necessários, não havendo, em nenhum momento, menção ao art. 44 da Lei n. 11.343/2006.

Aliás, restou bem demonstrado o liame necessário entre a norma autorizadora e o caso concreto a fim de justificar a necessidade da medida extrema adotada para garantia da ordem pública, em face do risco concreto de reiteração delituosa, diante da reincidência específica, bem como das circunstâncias da prisão, que indicam que o paciente, em tese, dedica-se habitualmente ao tráfico de drogas.

Apesar da alegação do paciente de que faz uso medicinal do entorpecente, ainda que os documentos juntados a partir de fls. 22 não estejam legíveis, é possível verificar à fl. 42 que sofre de epilepsia, no entanto, sem indicação médica para o suposto uso medicinal alegado (receituários de fenobarbital, fentoina e fluxetina), ou de que sua condição médica o coloque em perigo enquanto segregado, eis que plenamente possível o tratamento e acompanhamento médico dentro do sistema prisional.

Destarte, estando suficientemente fundamentada a decisão, apresentando as motivações que levaram à manutenção do

Superior Tribunal de Justiça

paciente no cárcere, não há falar em ilegalidade, inexistindo afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal. (...).

Assim, à luz dos trechos acima transcritos, é necessário verificar que as decisões precedentes encontram-se fundamentadas na garantia da ordem pública, considerando a periculosidade social do agente e o efetivo risco de reiteração delitiva, evidenciados não apenas pela gravidade concreta do delito, mas, sobretudo, pelo fato de que o acusado é reincidente na mercancia ilícita de entorpecentes, ostentando ao menos duas condenações pelo tráfico de drogas, além de ter cometido o crime dos autos enquanto em gozo de livramento condicional obtido em outro processo, circunstâncias essas que demonstram, portanto, a habitualidade e propensão do recorrente para a prática de delitos desta natureza, fortalecendo, assim, um fundado receio de que volte a delinquir caso seja posto em liberdade.

Com efeito, *"A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva."* (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 16/04/2015).

Assim, tais circunstâncias constituem-se em motivo idôneo e suficiente para, nos termos do art. 312 do CPP, justificar a manutenção da medida constritiva da liberdade, como forma de resguardar a ordem pública e de conter a reiteração delitiva.

Registre-se, ademais, que eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente, tais como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

No sentido do até então exposto, confira-se os seguintes precedentes:

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

2. No caso, apesar da pequena quantidade de droga encontrada - 5 gramas de cocaína e 9 pinos contendo o mesmo entorpecente -, a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, pois, conforme consignado no decreto preventivo, ele possui outras passagens criminais.

3. Recurso desprovido.

(RHC 105.107/AL, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. É idônea a motivação invocada para embasar a ordem de prisão do acusado, ao evidenciar o fundado risco de reiteração delitiva, visto que, além de ser conhecido em meio policial pela prática do tráfico de drogas, o paciente registra passagens criminais anteriores pelo cometimento de delito de mesma natureza.

3. Para examinar a alegação defensiva de insuficiência de indícios do envolvimento do réu na conduta apurada na ação penal objeto deste writ, seria necessária ampla dilação probatória, medida incompatível com a via estreita do habeas corpus.

4. Ordem denegada.

(HC 490.728/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 02/04/2019)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade da paciente acarretaria risco à ordem pública, seja em virtude da existência de interceptações telefônicas, as quais demonstram que o paciente integra organização criminosa voltada para o tráfico de drogas, tendo mais 8 pessoas sido denunciadas juntamente com o paciente, com registro de negociação de grande quantidade de drogas (oferta de 100 quilos e entrega de 10 quilos de maconha); seja pelo fato de o recorrente possuir diversas passagens pela polícia pelo delito de tráfico de drogas, tudo isso a justificar a necessidade da imposição da medida extrema ante o fundado receio de reiteração delitiva.

IV - "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 446.786/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

Superior Tribunal de Justiça

De outro vértice, estando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, sendo certo também que, à luz das circunstâncias fáticas anteriormente relatadas, bem como dos precedentes acima colacionados, providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

Por fim, cabe ainda ponderar que a necessidade da segregação fica corroborada na hipótese dos autos, em que sobreveio a sentença, tendo o recorrente respondido a toda a ação penal preso, uma vez que a existência de édito condenatório enfraquece sua presunção de não culpabilidade, de modo que se mostra adequada a manutenção da prisão.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. REINGRESSO DE ESTRANGEIRO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA E NO RECURSO DE APELAÇÃO. REU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO. 3. PERSISTÊNCIA DOS MOTIVOS QUE ENSEJARAM A SEGREGAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal

Superior Tribunal de Justiça

evidente - a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício -, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. No caso, constatado que o paciente respondeu preso a todo o processo, a exigência de fundamentação exaustiva e a possibilidade do recurso em liberdade devem ser avaliadas com excepcional prudência. Ora, se os elementos apontados no decreto construtivo foram suficientes para manter a medida excepcional em momento processual em que existia somente juízo de cognição provisória e sumária acerca da responsabilidade criminal do acusado, com a prolação do édito condenatório precedido de amplo contraditório, no qual as provas foram analisadas por órgão judiciário imparcial, é de todo incoerente reconhecer ao condenado o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado do processo quando inalterados os motivos ensejadores da medida. Noutras palavras, é incompatível com a realidade processual manter o acusado preso durante a instrução e, após a sua condenação, preservado o quadro fático-processual decorrente da custódia cautelar, assegurar-lhe a liberdade; afinal, assim como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, trata-se de situação em que enfraquecida está a presunção de não culpabilidade, pois já emitido juízo de certeza acerca dos fatos, materialidade, autoria e culpabilidade, ainda que não definitivo.

3. Nos moldes da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na análise da legitimidade da prisão preventiva, "o mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser conhecido e valorado para a decretação ou a manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria". Desse modo, se as circunstâncias da prática do crime indicam a efetiva periculosidade do agente e a gravidade concreta da conduta - como aqui ocorreu -, ante a existência de condenação anterior pelo crime de tráfico de drogas, em que atuou como 'mula', mesmo assim voltou a delinquir, demonstrando desrespeito às leis nacionais e ausência de vínculo com o país, além de haver indícios de que possua contatos com traficantes estrangeiros, válida a manutenção da custódia cautelar (HC 263.539/MG, Relatora a Ministra Laurita Vaz, DJe de 17/04/2013). Outrossim, houve circunstância judicial do art. 59 do Código Penal considerada desfavorável - tanto que a

Superior Tribunal de Justiça

pena-base foi fixada acima do mínimo legal -, elemento esse que também não pode ser desprezado.

4. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 276.885/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 11/03/2014, DJe 19/03/2014).

Dessa forma, demonstrado o *periculum libertatis* necessário à preservação da prisão cautelar, não há que se falar em ausência dos requisitos para a sua decretação, motivo pelo qual entendo que deve ser mantida a segregação do recorrente.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator